



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
XVI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A Inserção do Brasil no Cenário Internacional e a Necessidade das Ações
de Contrainteligência**

Ricardo Vargas de Carvalho Espósito

**Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Relações
Internacionais**

Orientador: Professor Doutor Alcides Costa Vaz

Brasília, DF

2015

RESUMO

As relações de poder no âmbito internacional guiam a política externa de diversas nações. Ao longo da história recente o Brasil visou fortalecer os seus elementos do poder nacional a fim de pleitear seu espaço natural de nação continental no cenário global e aumentar sua área de influência. Os episódios de espionagem revelados por Edward Snowden ao mundo alertaram a comunidade internacional quanto à prática de tal subterfúgio e acenderam discussões sobre a necessidade de proteção de cada país. Este artigo aborda o crescente histórico das relações internacionais do Brasil, em especial seu crescimento nos anos mais recentes, e aponta a necessidade de ações de contrainteligência como uma das ferramentas para proteger seus interesses e conhecimentos estratégicos.

PALAVRAS-CHAVE: BRASIL – CONTRAINTELIGÊNCIA – RELAÇÕES DE PODER

ABSTRACT

Power relations in the international arena guide the foreign policy of various nations. Throughout recent history the Brazil aimed to strengthen its elements of national power to plead its natural area of continental nation on the global stage and increase its area of influence. The espionage episodes revealed by Edward Snowden to the world, alerted the international community about the practice of such subterfuge and sparked discussions about the need for protection in each country. This article addresses the growing history of Brazil's international relations, in particular its growth in recent years, and indicates the need for counterintelligence actions as a tool to protect strategic interests and knowledge.

KEYWORDS: BRAZIL – COUNTERINTELLIGENCE – POWER RELATIONS

INTRODUÇÃO

“O mais elevado dom da arte militar de enganar o inimigo é esconder suas intenções. Assim, mesmo os espiões mais penetrantes do inimigo não poderão espionar e, nem sequer o homem mais sábio poderá conspirar contra você.”

Sun Tzu

Ao longo do século XX até os dias atuais, o Brasil claramente manteve uma postura de política exterior em busca de uma autonomia e posicionamento influente entre os grandes atores internacionais. Participou das duas grandes Guerras ao lado dos aliados ocidentais. Durante o período da Guerra Fria, manteve-se sob o alinhamento político ocidental, refutando inclusive os movimentos internos com forte tendência comunista, mas sempre buscando fortalecer sua indústria nacional e tentando abrir espaço para os países chamados Terceiros mundistas. Após a queda do muro de Berlim, finalizou seu processo de redemocratização nacional, adotando uma postura neoliberal. Com a série de atentados terroristas suicidas contra os Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001 (também lembrado como o 11 de setembro), coordenados pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, assim como a grande maioria das nações, o Brasil solidarizou-se com os norte-americanos participando de um novo ambiente de cooperação internacional na luta contra o terrorismo, sem, no entanto alinhar com a política de defesa norte-americana. Daí em diante, por causa de uma série de fatores positivos, tais como, a descoberta do pré-sal, um crescimento econômico contínuo, uma política exterior voltada para aumentar a presença e a influência em diversos locais do globo, o mundo pode observar o Brasil prosperar em diversos sentidos, vindo a sair de uma posição de mero espectador da governança global e passando a assumir uma imagem naturalmente esperada de importante líder regional.

Em 2013, Edward Snowden, analista de sistemas, ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da NSA, revelou ao mundo os detalhes de diversos programas do sistema de vigilância global da Agência norte-americana de espionagem, programa este que deveria estar ligado à luta contra o terrorismo. Para grande surpresa brasileira, dentre os alvos espionados pelos Estados Unidos,

constavam nomes importantes do governo brasileiro e importantes empresas, como a Petrobras.

O principal objetivo deste artigo é analisar em que medida o crescimento da importância do Brasil e sua inserção no cenário internacional, o tornam propenso a se transformar num alvo de espionagem internacional. E sendo assim, demonstrar a importância da atividade de contrainteligência para proteger-se de ações externas.

Na primeira seção o autor discute a visão realista sobre o poder entre as nações, e identifica quais são os elementos que constituem o poder nacional.

Na seção seguinte analisa a inserção do Brasil no cenário internacional, mostrando os objetivos externos alcançados ao longo do século XX até os dias mais atuais.

Em seguida, por meio da análise dos instrumentos de política externa, busca caracterizar a inteligência e as ações de espionagem como um desses instrumentos capazes de definir novos rumos na geopolítica internacional.

Uma seção será dedicada para compreender a visão de disputa de poder pelos Estados Unidos da América e como esta nação tem utilizado sua estrutura de inteligência (espionagem), desenvolvida desde a Segunda Guerra Mundial que marca o surgimento da Agência Central de Inteligência (CIA – *Central Intelligence Agency*) e as primeiras ações que viriam a determinar a futura Agência Nacional de Segurança (NSA – *National Security Agency*).

Por fim, à luz dos fatos desvendados sobre o esquema de espionagem internacional, perceberemos como os conhecimentos dominados pelo Brasil conferem importância para as atividades de contrainteligência, tanto na área de contraespionagem, quanto com medidas de proteção passivas.

1. Uma visão Realista sobre a essência do Poder Nacional

O estudo das Relações Internacionais no mundo contemporâneo tem se mostrado uma ferramenta essencial para guiar o caminho de qualquer Estado-Nação perante toda a complexidade das relações humanas. Essa complexidade envolve a interação de fatores heterogêneos como a ânsia de poder e glória, que são

os principais determinantes da conduta do ser humano segundo o filósofo Bertrand Russell (RUSSELL, 1938).

O poder é entendido, no sentido clássico weberiano, como a probabilidade de um ator social maximizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia (GONÇALVES, R., 2005).

Já o conceito de poder nacional está ligado às aspirações de poder nas coletividades chamadas nações. A nação em si é uma abstração composta de indivíduos com certas características em comum, e são essas mesmas características que os identificam como uma nação. O poder ou a política externa de uma determinada nação estará inicialmente restrito a certos indivíduos, pertencentes à mesma nação, e designados para reagir e interagir na luta das nações, eles são os governantes ou dirigentes. Para Morgenthau (2003:cap. 9), existem dois grupos de elementos que determinam o poderio de uma nação. O primeiro diz respeito aos elementos relativamente estáveis, e são eles:

Geografia: limites bem estabelecidos por obstáculos geográficos naturais concedem vantagem a uma nação, e o contrário é verdadeiro.

Recursos Naturais: autossuficiência ou dependência pode variar a capacidade de influência de uma nação confrontada com outras. Alimentos, matérias-primas, como carvão, ferro, cobre, zinco, manganês, alumínio, níquel, aço, urânio e petróleo. Este último com uma importância tão grande que cunhou a expressão “diplomacia do petróleo” para nações que se utilizam, quase que exclusivamente, dos seus depósitos de petróleo para alcançar relevância na política mundial.

Capacidade Industrial: este elemento depende de fatores como a “qualidade e a capacidade produtiva das plantas industriais, o *know-how* do trabalhador, a perícia do engenheiro, o gênio inventivo do cientista e a organização gerencial.” (MORGENTHAU, 2003:234-235). Nações industriais naturalmente são consideradas grandes potências, e o nível de evolução de seu parque industrial estão diretamente relacionamentos com sua hierarquia de poder internacional.

Grau de preparação militar: para Morgenthau (2003) a relação entre poder nacional e grau de preparação militar é óbvia, e é por meio desta que os fatores geografia, recursos naturais e capacidade industrial se revestirão de importância. A implementação de políticas externas estarão diretamente ligadas a este fator. Alguns

subfatores são mais significativos para esta capacidade, entre eles estão as inovações tecnológicas, liderança e quantidade e qualidade de suas forças armadas.

Tecnologia: as inovações tecnológicas constituem diferenciais determinantes para a detenção de um poder relativo. Como os avanços e pesquisas são constantes, isto remete a uma corrida de pesquisa e desenvolvimento para evitar que a vantagem tecnológica sobre os oponentes seja apenas temporária, principalmente em se tratando de tecnologias de uso ambivalente.

Liderança: gênios militares, bem preparados, comandando e empregando com habilidade novas ideias na estratégia e nas táticas fazem a diferença na definição do poder nacional.

Quantidade e qualidade das forças armadas: uma capacidade militar bem estruturada, com disponibilidade de armas e homens em quantidade nem demasiadamente grande ou reduzida, e especialidades condizentes com as necessidades e possibilidades de uma nação.

O segundo grupo é formado por elementos que estão sujeitos a mudanças constantes, e são os seguintes:

População: são os fatores essencialmente humanos do poder de uma nação. Distinguem-se em quantidade e qualidade.

Quando se fala em quantidade devem ser analisadas questões como distribuição e tendências de variação populacional para averiguar o poder nacional. Não fosse assim, poderia se afirmar que a nação com a maior população seria a mais poderosa.

Quanto à qualidade, a existência de uma índole nacional e a moral nacional se destacam pela influência decisiva na capacidade de uma nação na balança da política internacional. A moral nacional “constitui o grau de determinação com que uma nação apoia as políticas externas de seu governo na guerra ou na paz.” (MORGENTHAU, 2003:263). Por ser um fator de valor intangível, quando um problema internacional surgir, ou em tempo de guerra, ou ainda uma crise interna, a moral nacional demonstrará a qualidade da sociedade e do governo, por meio do apoio popular e das demonstrações patrióticas. Neste caso, nem sempre a opinião pública é um meio confiável para se aferir este elemento devido à sua mutabilidade. A qualidade da diplomacia é o fator mais importante na formação do poder de uma

nação por combinar todos os fatores numa peça única e fornecer a sinergia necessária para produzir o maior efeito possível nos pontos de interesse nacional através da condução das questões internacionais.

Tendo apresentado o conceito de poder nacional na visão da corrente Realista, passaremos a citar os principais aspectos que norteiam a política externa brasileira ao longo do século XX até os dias atuais, enfatizando o contexto mais atual, de forma a podermos identificar os elementos do poder nacional conhecidos até o presente momento.

2. Brasil em busca do seu espaço no mundo

A questão da delimitação fronteiriça do Estado do Acre ficou registrada na história brasileira como um episódio que afirmou a vocação diplomática da República em manter com seus vizinhos, relações de paz e cooperação por meio da negociação, buscando estabelecer um ideal de “fraternidade das pátrias americanas” na visão dos positivistas (RICUPERO, 2012). A busca pacífica para resolução de conflitos tornou-se a marca da diplomacia brasileira.

A demarcação das fronteiras do Brasil com os países limítrofes na América do Sul, reunindo diplomatas, demarcadores e trabalhadores, é feito ímpar e que causa admiração em todo mundo. O esforço empenhado para a sua consolidação e execução é memorável e único na América do Sul, considerando a extensão territorial e o fato de ser um processo desbravador de regiões afastadas e inóspitas, principalmente no caso da Amazônia (SILVA, 2012:191).

Entretanto, o próprio Barão do Rio Branco reconhecia a importância do preparo dos militares naquela época para agir numa pronta-resposta a qualquer agressão. Naquela mesma ocasião, trocou algumas mensagens com o Rio de Janeiro solicitando a presença de um grande contingente de tropas federais a fim de aumentar a pressão nas negociações pelo Estado do Acre e permitir sua conclusão evitando o derramamento de sangue. O Barão foi um grande defensor do investimento no fortalecimento das forças militares como ferramenta de negociação política (BITTENCOURT, 2012).

Entre 1935 e 1941, a política externa brasileira manteve uma postura de equidistância pragmática entre os dois principais blocos de poder, Estados Unidos e Alemanha. Os militares brasileiros manifestavam uma percepção de fragilidade em relação ao país, pois poderia se tornar alvo de uma disputa internacional. As exportações e importações alemãs sofreram um elevado declínio após o início das hostilidades, e o intercâmbio comercial com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha aumentaram. Este fator, aliado aos constantes episódios de violação de neutralidade levaram o Brasil a alinhar-se com os Estados Unidos no final de 1941 e início de 1942, inclusive praticando um livre comércio, mesmo que assimétrico. Este episódio contribuiu para os planos de boa vizinhança dos norte-americanos inaugurada pelo presidente Franklin D. Roosevelt e encerrou um ciclo de aproximação comercial e militar entre Brasil-Alemanha que se ampliou na década de 1930. Nessa época a exportação nacional era composta por produtos primários como café, algodão, fumo, carnes e couros, e o pragmatismo comercial brasileiro foi responsável por manter a balança comercial com um saldo positivo até a eclosão do conflito (CERVO; BUENO, 2002:248-258).

Logo após o final da Segunda Guerra Mundial, prevaleceu uma hegemonia norte-americana, sob o ponto de vista político, econômico e cultural, no Brasil e na América Latina em geral. Porém, houve uma frustração na expectativa de uma nova fase de relações especiais de aliança entre Brasil-Estados Unidos. Este priorizava a criação de um sistema planetário de segurança e privilegiava seus recursos para a Europa, o Extremo Oriente, o Oriente Próximo e a África. Somente na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) que surgiu um alinhamento completo, inclusive com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética em outubro de 1947 e o fechamento da embaixada e do consulado na China (CERVO; BUENO, 2002).

No governo do presidente JK com o nacional-desenvolvimento passou-se a valorizar o contexto externo para buscar as soluções dos problemas nacionais. O projeto desenvolvimentista passou a guiar a política externa do Brasil, e consistia em buscar cooperação internacional, intercâmbio comercial, maior fluxo de investimentos estrangeiros, incremento da assistência técnica, aumento do valor e do volume de exportações, isso tudo com o propósito de vencer a condição de país

subdesenvolvido. Na América Latina, o nacionalismo, o antiamericanismo e a denúncia de imperialismo deterioravam as relações destes países com os Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2002).

Mesmo durante o regime militar, instalado no Brasil em abril de 1964, as demandas internas do projeto desenvolvimentista continuaram guiando os esforços da política externa brasileira em “articular a participação externa, suas modalidades e intensidade, com a intervenção reguladora ou empreendedora do Estado e a dinâmica da sociedade.” O ciclo desenvolvimentista inaugurado por Getúlio Vargas nos anos 1930 e encerrado em 1989 foi marcado pelo reforço do nacional por meio de empresas, conhecimento e tecnologia, mercados interno e externo, com crescimento econômico em primeiro plano, em prejuízo do equilíbrio fiscal e da estabilidade monetária (CERVO; BUENO, 2002).

As relações entre os países da América do Sul e os Estados Unidos, em diversos períodos, alternaram entre alinhamento com as orientações e políticas de Washington, e tentativas de independência e autonomia nas suas ações diplomáticas. Entretanto, com o fim da guerra fria vislumbrou-se uma oportunidade para realizar a reformulação da ordem global por meio das organizações internacionais. Justificado pela sua geografia continental, população e potencial de desenvolvimento, o Brasil pleitearia uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, passando a ser um representante regional ou dos países em desenvolvimento. Suas principais credenciais para tal pleito residem na sua configuração democrática, pacifista, legalista e multilateral, apesar da sua área militar ser carente. Para os Estados Unidos a ONU sempre foi um órgão limitador de sua política externa, por isso, atualmente, somente não colocaria restrições à entrada da Alemanha e do Japão no CS (ARRAES, 2006)

O Brasil, na década de 1990, passou por um momento de orientação neoliberal, ainda assim alinhada com a grande potência.

No Brasil da mesma época, e especialmente sob o presidente Fernando Henrique Cardoso, o tom é diverso, pleno de matizes e nuances. Supõe-se que a realidade do mundo é de “polaridades indefinidas” (o conceito aparece em influente texto de Gélson Fonseca e Celso Lafer) e essa sugestão de fluidez introduz algo como “um ajuste das relações com os Estados Unidos que combina postura mais flexível como premissas anteriores de uma política externa autônoma” (aqui parafraseio formulações de Monica

Hirst). [...] Para não poucos observadores, internos e externos, críticos ou adeptos, o “momento unipolar” parecia então o melhor descritor das relações internacionais do fim do século. Mas, as “polaridades indefinidas” da original formulação, se empiricamente frágeis, foram suficientes para um alinhamento que se mostrava crítico, cauteloso sem dúvida, mas alinhamento, não obstante tudo isso. (GUIMARÃES, 2008, p.241).

A globalização foi a marca do triunfo do capitalismo em termos ideológicos (liberalismo), econômicos (domínio de mercado) e militar (superioridade dos Estados Unidos). Foi lançado o desafio da inserção competitiva nas preocupações das políticas interna e externa, e isso deu origem a um novo papel do Estado no incentivo do desenvolvimento competitivo. A política externa passa a buscar objetivos dependentes da globalização, como a promoção da democracia, a abertura crescente da economia e a estabilidade econômica, em detrimento de objetivos tradicionais como o reforço de um núcleo empresarial nacional, a inovação tecnológica própria e a conquista dos mercados para produtos com maior valor embutido. O Brasil transitou de um modelo de diplomacia presidencial para a diplomacia empresarial (CERVO, 2006).

Na década de 1990, o Brasil optou por descontinuar com o paradigma do desenvolvimento nacional, reduzindo a interferência do Estado nos investimentos e empreendimentos, em prol de um modelo neoliberal com ênfase na globalização, modelo este concebido nos Estados Unidos por técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para resolver a crise da dívida da América Latina. Os resultados econômicos e a melhoria social eram de baixa expressão, e o aprofundamento nos padrões neoliberais configurou um paradigma de subserviência às ideias estrangeiras e destruição do patrimônio nacional. Apesar disso, ocorria um embate político e intelectual entre os desenvolvimentistas e os neoliberais. As ideias de substituição das importações por meio de um modelo desenvolvimentista econômico e social do Brasil, mas com as devidas adaptações e os avanços requeridos pela globalização voltaram a guiar a política exterior. Apesar de todos os esforços realizados, o almejado desenvolvimento estava sendo freado por obstáculos não necessariamente tarifários oriundos dos mercados do hemisfério norte e por outras medidas unilaterais pelas quais os países ricos discriminavam os países

em desenvolvimento, tais como, altas taxas de juros, restrições à transferência de tecnologia, baixo fluxo de capital para o sul (CERVO, 2006).

Durante o governo FHC, a política externa se guiou na tentativa de estabelecer um multilateralismo pela crença de um ordenamento benéfico harmonioso, a busca da integração do Mercosul e da união da América do Sul, uma aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia. Como resultado, o unilateralismo norte-americano prejudicou a ação multilateralista brasileira. A ação da União Europeia em bloco buscou da mesma forma defender seus próprios interesses. Esses passos causaram o afastamento de regiões como o Oriente Médio, a África sub-saariana, o Japão e a China, a Rússia e o leste europeu. A política econômica de condução do câmbio e a abertura econômica causaram efeitos negativos na balança comercial, agravando as contas externas, mesmo com as vendas de empresas estatais para o capital estrangeiro, comprometendo prematuramente a inserção do País no mundo globalizado. “Assim como a década de 1980 foi chamada de década perdida, a de 1990 não passou de uma década de ilusões. Ilusões de divisas, ilusão da liberdade, exclusão social.” (CERVO, 2006:26).

Para Hirst (2006) as relações com os Estados Unidos nos fóruns internacionais eram complexas. Buscava-se uma aproximação por um lado, mas por outro prevaleciam pontos de vistas opostos:

“Enquanto os votos de ambos os países raramente coincidem na Assembleia-Geral, eles normalmente convergem no Conselho de Segurança. Isso se explica pelo fato de que, na Assembleia-Geral, a identidade internacional do Brasil se guia pelas posições do Terceiro Mundo, que geralmente contrastam com as dos Estados Unidos e de outras potências mundiais. Este perfil, entretanto, adquire novos matizes no Conselho de Segurança, que lida com uma agenda mais complexa e diretamente vinculada aos esforços de manutenção da paz mundial.” (HIRST, 2006:108).

Com o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, criou-se uma impressão de convergência em relação aos políticos e aos esforços pela paz mundial. O Brasil chegou a reforçar sua afinidade e sua ligação aos norte-americanos, expressando sua solidariedade em face da tragédia. Quando os Estados Unidos iniciaram sua preparação militar para atacar o Afeganistão e, posteriormente, o Iraque, para derrubar o regime de Saddam Hussein, o governo brasileiro adotou duas posturas diferentes. Primeiro, reforçou a defesa do

multilateralismo e, demonstrando sua preocupação com os reflexos da intervenção militar na população civil inocente. Em segundo lugar, aumentou os esforços nas medidas de controle das operações de lavagem de dinheiro no Brasil para o financiamento de ações terroristas. Com esse posicionamento o Brasil assegura seu apoio para combater o terrorismo, mesmo que indiretamente, mas evitando o alinhamento automático com a política de defesa dos Estados (HIRST, 2006:108-109).

No período Lula, valores, princípios e padrões de condutas que reforçam o poder nacional e a capacidade de negociação internacional foram recuperados, em certa medida, tais como independência de inserção internacional, o realismo evoluído para pragmatismo e o desenvolvimento nacional, e tiveram reforço outros componentes de política externa: autodeterminação e não-intervenção, com solução pacífica de controvérsias, juridicismo, cordialidade oficial no trato com a vizinhança, parcerias estratégicas como eixos privilegiados de ação externa e multilateralismo normativo. Na Conferência da OMC em Cancun, em 2003, o País demonstrou que sairia da ilusão kantiana do ordenamento harmonioso e passaria a adotar as regras do jogo duro das relações internacionais que as grandes potências mantêm. Os interesses europeus e norte-americanos foram surpreendidos por uma coalizão de países emergentes, o G20, influenciado pelo Brasil. A força demonstrada nas negociações multilaterais de alcance global incentivou a formação de outras coalizões, a diplomacia brasileira dava um novo tom nas negociações internacionais, e o País conquistava respeito e atenção (CERVO, 2006).

Com o objetivo de atenuar a vulnerabilidade externa, o novo governo decidiu enfrentar a dependência tecnológica, empresarial e financeira. A diplomacia presidencial buscou internacionalizar a economia brasileira expandindo suas empresas no exterior, com o apoio logístico do Estado. A contrapartida seria a geração de grandes superávits para amenizar o déficit aprofundado na era Cardoso (CERVO, 2006).

No governo do presidente Lula, o Brasil alcançou o status de potência emergente, junto com um seleto grupo de países dos BRIC. Uma fase de forte crescimento econômico e projetos de inclusão social e redução da pobreza bem-sucedidos trouxeram respeito e reconhecimento internacionais. O Brasil procurou

estabelecer uma relação de cordialidade, cooperação, pragmatismo e política estratégica com os EUA para projetar-se como potência e liderança regional, isso ficou bem claro com ações que visaram reduzir a dependência comercial com Washington, buscar parceiros e, conseqüentemente mais influência, na América Latina, na África e na Ásia, além de fomentar projetos de integração sul-americana construindo uma unidade política, econômica e de segurança como plataforma de projeção internacional conjunta e consolidação da liderança brasileira (CERVO, 2006; MONTEIRO, 2014, p.191-192).

No início de 2008, a reativação da Quarta Frota dos Estados Unidos¹ e uma situação de quase conflito envolvendo a Colômbia, o Equador e a Venezuela, provocaram diversas discussões a respeito de segurança e defesa entre as principais autoridades do continente sul-americano. Decorrente dos esforços brasileiros, em dezembro de 2008, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) (SILVA, 2014).

A descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural no pré-sal no final de 2007 elevaram o Brasil para a categoria de dez países com as maiores reservas mundiais. Em abril de 2008, a agência de avaliação de risco *Standard & Poors* avaliou o Brasil com o título de grau de investimento. O país passou a ser visto como de baixo risco para aplicações financeiras de estrangeiros e o mercado brasileiro um ambiente atrativo para os investidores internacionais. Como resultado de sua agenda multilateral de política externa, em 2011, o Brasil elevou-se ao posto de 6ª maior economia do mundo. Em 2013, como reconhecimento de seus esforços, um brasileiro, Roberto Carvalho de Azevêdo, foi escolhido para ser diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). (SILVA, 2014)

Esta sequência de eventos positivos para a agenda política, permitiram que o país pudesse dar atenção a outra área que havia ficado num segundo plano. Desde o fim da guerra fria, os Estados-Unidos incentivavam os países latino-americanos a utilizar suas Forças Armadas como forças policiais na luta contra o narcotráfico internacional, gerando grande desconfiança no sentido de enfraquecê-las no campo da defesa do território nacional contra agressores externos. No Brasil, a posição ficou bem estabelecida, os militares se envolveriam apenas com apoio

¹ A Quarta Frota dos Estados Unidos (U.S. 4th Fleet) é uma divisão da Marinha dos Estados Unidos da América responsável por operações no Atlântico Sul.

logístico e de inteligência, quando necessário, sem se desviar da sua missão prioritária e principal (VAZ, 2006). Mas um investimento reduzido ao longo do tempo gerou alerta para os pensadores da segurança nacional.

A preocupação das Forças Armadas com relação à capacidade operacional aérea e naval no cumprimento das doutrinas militares e estratégias de defesa e dissuasão, com a obsolescência de arsenal bélico, frente à sua missão constitucional de zelar por um país de dimensão continental, um território marítimo sob sua jurisdição extenso, e pela presença de imensas reservas de recursos naturais, energéticos e de biodiversidade, colocaram o tema da modernização e aprimoramento das forças militares, o revigoramento da indústria bélica brasileira e o desenvolvimento técnico e científico voltado para a defesa com a devida prioridade (VAZ, 2006).

Nas discussões sobre segurança internacional o Brasil tem três objetivos de caráter geral:

- (i) equilibrar o interesse e a necessidade de acesso e desenvolvimento de tecnologias de valor estratégico e aplicações duais com compromissos multilaterais de não-proliferação e de controle; (ii) favorecer o surgimento de contexto favorável à realização de seus interesses e necessidades nos planos da segurança e da defesa; (iii) impulsionar a gradual transformação das estruturas e da configuração de poder internacional em direção a uma ordem multipolar. (VAZ, 2006:67)

As dificuldades com os norte-americanos surgem a partir da desconfiança existente em relação às reais intenções declaradas defendidas pelo Brasil de obter domínio completo em áreas de alta tecnologia como o setor aeroespacial e o enriquecimento de urânio (VAZ, 2006:70).

O programa nuclear brasileiro sempre sofreu empecilhos causados por aspectos políticos e técnicos impostos por atores internacionais. Os técnicos brasileiros que trabalharam no projeto nuclear tinham a tarefa de nacionalizar diversos itens que não podiam ser importados devido às restrições existentes. Em setembro de 1987, o Brasil anunciou o domínio do ciclo de enriquecimento de urânio. Atualmente, a Marinha do Brasil é responsável pelo programa de energia nuclear, e utiliza um reator nuclear para enriquecer urânio de uso dual, tanto para fins medicinais quanto para geração de energia elétrica para o seu submarino de

propulsão nuclear. Este equipamento confere uma capacidade estratégica de altíssimo valor na medida em que a sua capacidade de permanecer submerso fica limitada ao suprimento para a tripulação, e não mais à necessidade de reabastecimento de combustível. O primeiro submarino nuclear brasileiro tem previsão de estar pronto em 2021, graças a um acordo de cooperação com a França. Neste acordo, estão previstas a construção de outros quatro submarinos convencionais e um estaleiro naval. Dessa forma, o Brasil será uma das 5 nações com tal poderio bélico naval (SILVA, 2014). A demanda pela proteção das reservas do pré-sal mobilizaram a política nacional em busca não somente de reforçar o poderio militar, mas também de absorver tecnologia, gerar empregos em território nacional

Impulsionada por este momento de crescimento e investimento, a Força Aérea Brasileira está adquirindo da empresa sueca Saab, o caça de 5ª geração Gripen-NG. Um contrato de US\$ 5.4 bilhões para a aquisição de 36 aeronaves deste modelo, bem como um pacote envolvendo transferência de tecnologia para a indústria brasileira, parceria comercial na venda de outras aeronaves para novos clientes no mundo, financiamento do pagamento, e abre a possibilidade de uma cooperação inédita entre os governos do Brasil e Suécia. (SILVA, 2014)

Como afirma Silva (2014), no imaginário dos líderes brasileiros, a principal “ameaça” para a segurança e para a política exterior nacional é os Estados Unidos, devido ao fato de uma percepção sobre a capacidade e a disposição desta nação em utilizar qualquer meio para atingir seus objetivos de liderança global.

O Brasil possui 202.656.788 habitantes, sendo a 6ª maior população do planeta. Fica atrás apenas dos seguintes países, respectivamente: China com 1.355.692.576 hab., Índia com 1.236.344.631 hab., União Europeia com 511.434.812 hab., Estados Unidos com 318.892.103 hab. e Indonésia com 253.609.643 hab.² (THE WORLD FACTBOOK, 2013).

Observa-se na política exterior conduzida pelo Brasil, a busca dos elementos que na visão realista de Morgenthau são essenciais para elevar os patamares do poder nacional brasileiro. Estes avanços reforçam o potencial da nação e sua capacidade de se afirmar como líder entre os principais atores globais. Uma

² Estes dados populacionais são estimados para julho de 2014, segundo *The World FactBook* (2013).

sinergia entre os três principais instrumentos de política externa é essencial para que os objetivos continuem sendo atingidos dentro das metas planejadas. Na seção seguinte identificaremos esses instrumentos, e focaremos na compreensão da Inteligência na política externa.

3. A espionagem como instrumento de política externa

Um conceito de luta pelo poder definido por Morgenthau (2003), é a política de prestígio entre as nações, onde o importante para um Estado é criar uma imagem mental com o objetivo de convencer outras nações sobre o seu real poder. Essa imagem pode ser fidedigna com a existente, ou com a que desejaria que existisse, ou uma impressão suposta por quem avalia. São dois os instrumentos específicos utilizados para se estabelecer essa imagem diante dos demais países do mundo. O primeiro é o cerimonial diplomático, sendo utilizado por meio de práticas preventiva e coercitiva. Os diplomatas são representantes simbólicos de seus países, o respeito com o qual eles são tratados ou o que eles demonstram, de fato é como se personificassem a nação a qual eles representam e com a qual estabelecem uma relação. Há um segundo instrumento que é a exibição de força militar constituindo um elemento coercitivo, seja utilizando-se no ataque, defesa ou dissuasão. As próprias manobras em tempo de paz, onde observadores estrangeiros tomam parte normalmente para que fiquem impressionados com o nível de preparação militar, uma vez que trata-se da mais óbvia medida de poder de uma nação, segundo a corrente Realista. O uso desses dois instrumentos identificam a metodologia da condução de uma política *soft power*, *hard power* ou *Realpolitik*. A forma como os Estados impulsionam suas reivindicações e defendem suas posições é um fator de geração de incerteza internacional, principalmente quando se percebe uma prática de política externa realista, onde prevalece uma cultura de aumento de poder a fim de prevalecer uma certa soberania em relação à uma área de influência.

Na sua obra publicada inicialmente em 1625, o jurista Hugo Grotius (2004), posiciona-se contra o belicismo e valoriza os tratados internacionais. Desenvolve o conceito de neutralidade limitando o conflito às partes diretamente envolvidas, e oferece a busca da restituição da paz como um objetivo.

O uso da diplomacia e da força militar são balizados por acordos internacionais firmados e aceitos por diversos membros da comunidade. Seu uso está previsto, regido e limitado, por caráter vinculante. Existem marcos legalmente admissíveis (Convenção de Viena), onde qualquer extrapolação pode sujeitar a sanções. O emprego do instrumento militar (direito à guerra, direito da guerra, legítima defesa), está regido e limitado pelas leis das Convenções de Genebra e da Convenção de Haia (DIH – Direito Internacional Humanitário, ou DICA – Direito Internacional dos Conflitos Armados). Cabe recordar que o direito internacional, por intermédio da Carta das Nações Unidas, incentiva os países a solucionar pacificamente suas controvérsias por diversos meios listados no Capítulo VI da Carta, entretanto resguarda o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de um ataque armado, sempre visando o retorno à condição de paz e segurança internacionais por meio do Artigo 51 da mesma (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Mesmo em tempo de guerra Grotius (2004) avaliava como legítimo o uso indiscriminado de espiões por qualquer das nações envolvidas, citando a passagem bíblica em que Moisés utiliza-os para espionar a terra prometida. Da mesma forma, o milenar estrategista militar Sun Tzu (2002) já afirmava que o movimento dos exércitos na guerra depende do uso dos espiões, e quando bem empregado os cinco tipos de espiões simultaneamente, o soberano passa a deter uma arma mágica para derrotar o seu inimigo.

Ao longo da história da humanidade é possível verificar como a utilização dos espiões pelos povos esteve sempre presente na busca do conhecimento sobre o outro e seu poder em termos de capacidades e vulnerabilidades. Num mundo rodeado de disputas, a necessidade de conhecer para se proteger tornou-se um aspecto essencial para a sobrevivência. A utilização de espiões por sumérios, egípcios, japoneses e chineses (em 300 a.C.), indianos (entre 1200-500 a.C.), Império Persa de Alexandre, o Grande, Império Romano, entre outros, estão relatados em detalhes por Joannisval Gonçalves (2008), vindo a acrescentar que a espionagem não é uma atividade meramente utilizada em casos de conflitos, mas sim desde tempos de paz.

Em 1988, Susan Strange apresenta um conceito de poder estrutural, no qual ela argumenta que o poder estrutural é encontrado em quatro diferentes estruturas, mas todas relacionadas entre si. Uma visão do relacionamento entre essas quatro estruturas de poder permitiria desenhar uma figura em forma de pirâmide. As quatro fontes de poder são, o controle sobre a segurança; o controle sobre a produção; o controle sobre o crédito; e, o controle sobre o conhecimento, as crenças e as ideias.

Neste artigo, uma especial atenção será dada ao controle sobre o conhecimento. Conhecimento é poder. Aquele que conseguir desenvolver ou adquirir e for capaz de negar o acesso a um tipo de conhecimento que seja respeitado ou desejado por outros ou, ainda, obtiver o controle sobre os meios pelos quais são utilizados canais para realizar a comunicação de seus usuários, tornar-se-á possuidor de um tipo de poder estrutural muito especial. Pode se resumir este poder especial em uma única palavra, tecnologia. Os avanços tecnológicos em áreas como novos tipos de materiais, novos produtos, novos sistemas e métodos de manipulação de plantações, alimentos e animais, novos sistemas de coleta, armazenagem e recuperação de informações são bastante disputados e geram uma vantagem a quem os detém (STRANGE, 1988).

A utilização de espões com o intuito de buscar conhecimentos passou a ser chamada de Atividade de Inteligência:

“Outrora chamada simplesmente de “espionagem”, esse ofício é atualmente conhecido como “atividade de inteligência”, e tem em seu cerne a obtenção de dados negados para a produção de um conhecimento que assessor o processo decisório nos mais diferentes níveis, de um oficial no campo de batalha ao chefe da nação mais poderosa, passando pelo empresário que precisa conhecer o cliente e a concorrência e pelo planejador de políticas públicas.” (GONÇALVES, J.B., 2008, p. 3).

Segundo Cepik (2003) inteligência é “toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões qualquer.”. Inteligência é o mesmo que conhecimento ou informação analisada.

Segundo Joannisval Gonçalves (2013) o termo inteligência pode representar conhecimento, organização ou atividade. Esses três aspectos são compreendidos da seguinte forma: (i) Inteligência como produto ou conhecimento

produzido: é o resultado de um todo um processo a ser utilizado pelos tomadores de decisão, é a ferramenta de assessoramento; (ii) Inteligência como organização: são as estruturas responsáveis pela obtenção das informações no seu estado bruto e pela aplicação da metodologia de produção de conhecimento da inteligência para transformá-la em peça de assessoramento; e, (iii) Inteligência como atividade ou processo: está relacionada aos meios utilizados (coleta ou busca) para reunir os dados, analisar e difundir, por meio de uma metodologia própria.

“Normalmente, os países mantêm relações diplomáticas, e cada Estado soberano permite que as representações formais dos demais Estados em seus territórios enviem relatórios para seus governos e países de origem. É certo que oficiais de inteligência usam cobertura diplomática, assim como é possível que certas fontes mais confidenciais dos embaixadores superponham-se às fontes dos espões. Entretanto, as diferenças entre uma atividade e outra são relativamente claras [...]. A maioria das fontes de um diplomata é ostensiva e não cessa o fluxo informacional quando o governo do país anfitrião aumenta seus procedimentos de segurança, o que tende a ocorrer com as fontes dos oficiais de inteligência. [...] Os esforços de obtenção de informações conduzidos através de canais diplomáticos e de operações de inteligência são reconhecidos como diferentes pelos atores envolvidos, principalmente com base nos distintos meios utilizados.” (CEPIK, 2003:30).

Acima vimos o primeiro exemplo das formas de coleta de informações relatadas por Cepik (2003), a HUMINT (*Human intelligence*³). Na verdade, trata-se de uma forma alternativa e moderna para o uso do termo espionagem, muito mais pesado do ponto de vista legal e político. Existem dois atores nesta área, o oficial de inteligência, funcionário de carreira de uma agência de inteligência, e o agente, operando sob disfarce de intenções, infiltrado ou um nacional recrutado. O alvo pode contribuir com um agente conscientemente tendo sido abordado e em troca de algum benefício, ou inconscientemente, imaginando estar tratando com algum jornalista, comerciante, cientista, ONG, jamais percebendo o valor real da informação fornecida.

Alguns autores relatam casos de agentes recrutados que ocupavam cargos menos graduados, mas que tinham acesso a vários documentos secretos, num desses casos os norte-americanos receberam mais de 1.500 documentos secretos alemães durante a II Guerra Mundial. Outros casos similares ocorreram durante o

³ Inteligência produzida a partir de fontes humanas.

período da guerra fria (SHULSKY; SCHMITT, 2002[1991]:16-17; WOLF; McELVOY, 1997).

A fraqueza da humint está relacionada ao fato de nunca se saber se o alvo foi neutralizado pelo serviço de contraespionagem adversário, e iniciou uma operação de desinformação. Mas sempre foi uma forma de valor inegável de complemento para outras formas de busca, por obter, por exemplo cópias dos livros de códigos e de materiais cifrados para ajudar a área de criptologia das organizações de sigint (CEPIK, 2003).

Uma outra forma de coleta está sendo utilizada cada vez mais pela dificuldade da detecção de suas ações, trata-se da SIGINT (*Signals intelligence*⁴): termo utilizado para as informações obtidas a partir da interceptação, decodificação de comunicações e sinais eletromagnéticos, tradução e análise de mensagens por uma terceira parte além do emissor e do destinatário pretendido (CEPIK, 2003:40-44).

O uso das comunicações escritas para fins militares ou diplomáticos, acelerou o desenvolvimento das disciplinas de criptografia (uso de códigos e cifras para garantir a inviolabilidade do conteúdo das mensagens) e de criptologia (decifração e/ou decodificação de mensagens interceptadas).

A interceptação e a interpretação das comunicações dependem, basicamente, do método de transmissão, das frequências empregadas e do uso (ou não) de medidas defensivas de segurança, especialmente criptografia (RICHELSON, 1999:182-185).

Segundo Aid (2000:1-32) as agências responsáveis pela interceptação e decodificação de comunicações e sinais enfrentam um desafio cada vez maior na medida em que novas tecnologias passam a ser utilizadas, dentre elas estão os sistemas de criptografia de nova geração cada vez mais elaborados em todos os níveis, transmissões com saltos de frequência, técnicas de compressão de dados, transmissões intervaladas, sinais despistadores embutidos, satélites táticos de comunicações, uso de sistemas de comunicações de baixa probabilidade de interceptação como telefones celulares, entre outras.

⁴ Inteligência de sinais.

Outras formas de obtenção de dados apresentadas por Cepik (2003:44-52) são: IMINT (*Imagery intelligence*⁵), MASINT (*Measurement and signature intelligence*⁶), designa as informações obtidas a partir da mensuração de outros tipos de emanções (sísmicas, térmicas, etc.) e da identificação de “assinaturas”, ou seja, sinais característicos e individualizados de veículos, plataformas e sistemas de armas, e OSINT (*Open source intelligence*⁷):

Como exemplo de osint, Marco Cepik (2003) menciona o programa norte-americano executado durante a Guerra Fria que traduziu diversas publicações tecnocientíficas da União Soviética. Após a queda do Muro, a CIA coordenava um serviço de vigilância de programas de TV em 50 países e 29 diferentes idiomas.

Para Neto (2005) vários autores reconhecem a importância da atividade de Inteligência como instrumento para diminuir o risco de conflitos e aumentar a segurança internacional, em especial no período da guerra onde diversas possibilidades de atos agressivos foram contidas pela sua atuação velada ou não. Apesar do envolvimento aberto em atividades como sabotagem econômica, política, científica e militar, desinformação, propaganda adversa, assassinato, desestabilização de regimes políticos, uso de forças irregulares, fomento e suporte de rebeliões, auxílio a grupos separatistas e até financiamento ou treinamento de grupos terroristas, ser considerado juridicamente ilegal no plano internacional.

Estas atividades específicas são conhecidas como ações encobertas (*covert actions*), nos Estados Unidos, medidas ativas (*aktivnye meropriiatiia*), na União Soviética, e, ações políticas especiais (*special political actions*), na Inglaterra. As operações encobertas são utilizadas por um governo ou organização visando a influência sistemática de outro governo ou organização por manipulação de aspectos econômicos, sociais e políticos, em favor do patrocinador da operação. Segundo Lowenthal (2014[2000]:cap.8) as operações encobertas se caracterizam como instrumento de poder de acordo com a sua capacidade coercitiva de implementar

⁵ Inteligência de imagens. Obtida a partir da produção e da interpretação de imagens fotográficas e multiespectrais. Está associada diretamente ao diversos tipos de câmeras fotográficas e plataformas (pessoas, aeronaves, satélites-espiões).

⁶ Inteligência de assinatura e mensuração. Obtida a partir da identificação de “assinaturas”, ou seja, de sinais característicos e individualizados de veículos, plataformas e sistemas de armas, e da mensuração de outros tipos de emanções (sísmicas, térmicas, etc.).

⁷ Inteligência de Fontes Abertas. Obtida a partir de fontes públicas, impressa ou eletrônica, ou seja, dados públicos ou privados sem restrições de segurança, expostos em fontes ostensivas.

uma política externa (embargos econômicos ou um leque de opções para uso ou ameaça de uso da força), e com a sua probabilidade de negação de autoria, até mesmo mais do que a clandestinidade da operação em si. Dessa forma, quanto maior a escala das operações e o papel do uso da força, menor é a probabilidade de negação da autoria da operação.

O posicionamento e a atuação de um Estado no plano internacional estão ligadas à interação entre os seus principais instrumentos de política externa, quais seja, a diplomacia, a força militar e a inteligência. Quanto mais opções bem informadas e precisas forem submetidas ao tomador de decisão, mais eficaz será a execução de políticas objetivando a inserção e atuação internacional de um país (LIMA, 2012:137).

4. Os Estados Unidos da América e a espionagem internacional

A política internacional não é mais, como sucedeu no caso dos Estados Unidos, na maior parte de sua história, uma série de incidentes, custosos ou compensadores, mas dificilmente suscetíveis de pôr em jogo a própria existência e o destino da nação. Os norte-americanos constituem hoje uma das nações mais poderosas da terra. Apesar disso, ao comparar os Estados Unidos com seus competidores reais ou potenciais, percebe-se que a nação não é tão poderosa a ponto de negligenciar os efeitos que possam advir de suas políticas sobre sua própria posição no cenário mundial. O avanço da tecnologia moderna tornou possível a guerra total, que resultaria na destruição mundial (MORGENTHAU, 2003).

Desse modo, em uma situação mundial em que os Estados Unidos passaram a deter a posição de poder predominante e, conseqüentemente, de maior responsabilidade, a necessidade de compreensão das forças que moldam a política internacional, inclusive os fatores que determinam o seu curso, tornou-se para os norte-americanos muito mais que uma interessante ocupação intelectual. Transformou-se em uma necessidade vital (MORGENTHAU, 2003). A necessidade de compreensão das forças, ou o conhecimento sobre o oponente, corrobora com o pensamento milenar do general chinês Sun Tzu no século IV a.C.:

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.(SUN TZU, 2002).

Este conhecimento sobre o “inimigo”, ou sobre o adversário ou concorrente, é buscado a todo o momento e, não apenas durante uma situação de conflito. Da mesma forma, também o é negado, pois representa uma vantagem estratégica detê-lo com exclusividade. Em 17 de janeiro de 2014, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, aprovou a Diretiva Política Presidencial nº 28, sobre Atividades de Inteligência de Sinais, na qual explica que “a coleta de inteligência de sinais é necessária para que os Estados Unidos possam avançar nos seus interesses de segurança nacional e política externa, bem como proteger os cidadãos norte-americanos, parceiros e aliados de ameaças.” (WHITE HOUSE, 2014, tradução nossa). Isto denota a alta prioridade com que é tratado o tema de produção de conhecimento como uma vantagem para a manutenção do poder.

A análise deste cenário mundial encaixa-se com a visão do realismo político clássico que defende a especificidade da política internacional como uma espécie de “estado da natureza”. A visão de mundo dos realistas concebe o ambiente internacional como um meio anárquico, por oposição à hierarquia vigente no interior dos Estados. Em consequência do egoísmo estatal, reflexo da própria natureza humana, predominam entre as principais potências a incessante luta pelo poder e o inevitável choque de interesses nacionais. As relações internacionais são caracterizadas pela política de poder e pela lógica da balança de poder, mecanismo pelo qual as nações satisfeitas defendem a manutenção de sua posição e, racionalmente, buscam conter as pretensões daqueles que, encontrando-se em ascensão, realizam políticas que desafiam a configuração do poder vigente (JATOBÁ, 2013). Esse pensamento explica a atitude dos Estados Unidos de busca incessante pela vanguarda tecnológica, principalmente na área da espionagem digital, o que lhe permite acompanhar tanto seus oponentes, como seus aliados, a fim de monitorar, identificar e antecipar possíveis desafios à sua hegemonia. Dessa forma, visa atingir sempre um ou mais dos três objetivos políticos estabelecidos por Morgenthau: manter o poder, aumentar o poder ou demonstrar o poder. Esses três

objetivos da política traduzem a manutenção do status quo, pela expansão ou pela busca por prestígio.

Os Estados Unidos da América realizam atividades ligadas à área de inteligência desde os tempos em que George Washington estava no comando desta nação. Entretanto foi somente durante a Segunda Grande Guerra Mundial que se percebeu a necessidade de criar-se um órgão que onde fosse centralizada a coordenação de todas as informações produzidas pelos diversos setores de inteligência. Em 11 de julho de 1941, foi criado o Escritório de Coordenação de Informação (Office of Coordinator of Information – OCI), e o então presidente Franklin D. Roosevelt nomeou o Major-General do Exército Norte-Americano William Joseph Donovan como o primeiro Coordenador de Informação. Em 13 de junho de 1942, este Escritório passou a ser conhecido como Escritório de Serviço Estratégico (Office of Strategic Service – OSS). No dia 1º de outubro de 1945, o OSS foi extinto e suas funções foram distribuídas em diversos outros Departamentos de Estado. Não tardou muito e o presidente Harry S. Truman percebeu a necessidade de uma organização que centralizasse toda a inteligência. A fim de prover grande funcionalidade a um novo escritório de inteligência, em 24 de novembro de 1947, foi criada a Agência Central de Inteligência com a tarefa de coordenar todas as atividades de inteligência da nação, além de correlacionar, avaliar e disseminar os conhecimentos diretamente relacionados à segurança nacional. O primeiro Diretor Central de Inteligência foi o Contra-Almirante da Marinha Norte-Americana Roscoe Henry Hillenkoetter. (CIA, 2013, 2014a).

No período compreendido entre 9 de março de 1977 e 20 de janeiro de 1981, o Diretor Central de Inteligência foi o Almirante da Marinha Norte-Americana Stansfield Turner, e o presidente dos EUA era Jimmy Carter. Turner tinha liberdade para lidar com o orçamento de inteligência, elaborar políticas na área e produzir análises. Promoveu o incremento de técnicas de análise inovadoras inclusive com métodos para estimar o poderio ofensivo das forças nucleares estratégicas Soviéticas. Por acreditar que o uso das imagens de satélite (IMINT) eram ferramentas bastante promissoras, e a inteligência de fontes humanas (HUMINT) serviria apenas para levantar detalhes incompletos na produção do conhecimento, reduziu a Diretoria de Operações pela metade. Neste período ocorreram dois grandes desafios que

marcaram a passagem de Turner na CIA, a Revolução Iraniana, um movimento fundamentalista Islâmico iniciado em fevereiro de 1979, e a invasão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao Afeganistão, ocorrida em dezembro de 1979, dando início a uma longa batalha contra os guerreiros *Mujahedin*, resistência Afegã vitoriosa ao final desse episódio. (CIA, 2013). Turner relata em seu livro (2008), as operações de decodificação de códigos do Exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial, decisivas para a vitória aliada. Em consequência do reconhecimento desses esforços, em 4 de novembro de 1952, o presidente Harry Truman, determinou a criação da NSA (*National Security Agency*)⁸.

Em 1999, durante as investigações do Parlamento europeu sobre o sistema *Echelon*⁹, verificou-se que a rede norte-americana era composta de 10 estações fixas de vigilância das comunicações globais via satélite interceptava um volume mensal de cerca de 100 milhões de mensagens, incluindo internet, telefonia fixa, telefonia celular, transferências bancárias, transmissões de fax e outros sinais. Na verdade, considerando todos os outros sistemas e plataformas combinados, a capacidade de interceptação dos Estados Unidos é muito maior do que isso.

Segundo Matthew Aid (2000), a NSA tem melhorado consideravelmente sua capacidade de coleta de sigint. O maior desafio no entanto está na análise e geração de relatórios, para isso prevê uma necessidade de incremento de analistas e especialistas em tecnologia, bem como, no investimento na aquisição de novas tecnologias de processamento, decodificação, tradução, armazenamento, recuperação e disseminação de informações.

A Inteligência de sinais (Sigint) é tolerada, desde que a interceptação de telecomunicações estrangeiras seja baseada em território pátrio. Cabe a cada Estado exercer seu direito de proteger sua informação sensível com uma boa prática de medidas de contrainteligência, conforme veremos a seguir.

5. A proteção do conhecimento como prioridade para o crescimento

⁸ Agência Nacional de Segurança – agência norte-americana responsável por conduzir as ações de SIGINT.

⁹ Rede de vigilância global e espionagem para a coleta e análise de sinais de inteligência (SIGINT), operada inicialmente pelos cinco Estados signatários do Tratado de Segurança UK-USA conhecido como "Cinco Olhos" (*Five Eyes* - em inglês): Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido (SENADO FEDERAL, 2014).

As operações de inteligência realizadas por um governo estrangeiro tornam vulneráveis e inseguros o Estado e os cidadãos escolhidos como alvos. Daí surge a necessidade da área de proteção das informações atuar para proteger os conhecimentos tidos como sigilosos e estratégicos.

A legislação brasileira define contrainteligência como sendo “a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir, e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.” (BRASIL, 2002: art. 3º)

Com uma possível nova ordem global formada especialmente após os atentados do 11 de setembro de 2001, imaginava-se que os principais problemas a serem enfrentados estariam restritos às chamadas “novas ameaças”, como crime organizado transnacional e terrorismo internacional.

Entretanto quando foram publicados, em maio de 2013, os primeiros documentos secretos vazados pelo especialista em computação Edward Snowden, que trabalhou para empresas ligadas à CIA e à NSA, desvendou-se um enorme sistema de vigilância e espionagem digital. O Brasil foi apontado entre os alvos preferenciais do serviço de inteligência norte-americano. Ao menos oito países – entre eles o Brasil – teriam sido espionados para aprovar sanções contra o Irã, no Conselho de Segurança da ONU, em 2010. China, Espanha, Alemanha, entre outros foram alvos de coleta. Até mesmo o Vaticano e o Papa Francisco teriam sido monitorados. Os dados coletados por Snowden, a partir de 6 de julho de 2013, mostraram que milhões de e-mails e ligações de brasileiros e estrangeiros em trânsito no país foram monitorados. Ligações telefônicas e mensagens eletrônicas entre a presidente Dilma Rousseff e seus assessores diretos teriam sido monitoradas. As revelações seguintes demonstram que Petrobras e Ministério das Minas e Energia também foram alvo de espionagem (SENADO FEDERAL, 2014).

O crescimento brasileiro nos últimos dez anos, suas pretensões e suas conquistas no cenário internacional, deram uma nova força para a política exterior brasileira de autonomia e não alinhamento automático, não o elevando à categoria de

potencial participante de um grupo seletivo de usuários do sistema de espionagem montado pelos Estados Unidos. A busca pelo desenvolvimento e absorção de tecnologias de alto valor faz com que o país possa mudar mais ainda o seu peso na balança do poder.

Segundo Silva (2014), outro fator que aumenta essa desconfiança norte-americana é que desde 2003, os líderes brasileiros são os mesmos perseguidos politicamente durante o regime militar. Nos países vizinhos ao Brasil ocorre a mesma tendência de governos de esquerda. A percepção de que a atual ideologia de esquerda predominante no continente sul-americano pode trazer algum tipo de ameaça para os interesses norte-americanos no continente por si só seria mais um motivo para aumentar o nível de alerta em relação à proteção dos conhecimentos.

A contrainteligência envolve um leque bem mais amplo de atividades do que a contraespionagem. Trata-se das medidas de proteção passiva ou de segurança orgânica, “espelhadas” nas capacidades adversárias de obtenção de informações. Tais medidas vão desde programas de classificação de segredos governamentais, armazenamento especial, regras de custódia e transmissão de documentos, restrições físicas de acesso aos prédios e arquivos para pessoas não-autorizadas, investigações do pessoal empregado antes da concessão de credenciais de acesso às informações classificadas e vigilância sobre seus contatos com pessoal externo e estrangeiros até as várias políticas e camadas de segurança eletrônica nas redes de computadores e o uso de criptografia para a preservação da segurança das comunicações (CEPIK, 2003; GONÇALVES, J.B., 2013)

Uma consequência da falta de cultura de inteligência no Brasil é o despreparo dos brasileiros (tanto na iniciativa privada quanto no setor público) para fazer frente a ameaças reais como a espionagem (a serviço de outros Estados ou de outras organizações), a atuação de organizações criminosas e mesmo de grupos terroristas. Com isso a vulnerabilidade do Brasil diante desse tipo de ameaça é enorme. Outra consequência é a falta de investimento no setor e a ausência de mecanismos legais e institucionais que viabilizem o trabalho do pessoal de inteligência (SENADO FEDERAL, 2014:88).

Percebe-se, então, a necessidade de aplicação de programas de sensibilização e educação na área de proteção ao conhecimento, tanto na esfera governamental quanto na iniciativa privada, e nos centros de desenvolvimento

científico-tecnológico, bem como um investimento pesado nos sistemas de criptografia e segurança da computação.

CONCLUSÃO

Inicialmente foi possível compreender, à luz do pensamento Realista, os conceitos de poder e distinguir os elementos que constituem o poder nacional. Conjugando com uma retrospectiva da história das relações internacionais do Brasil, foi possível identificar como a sua política exterior esteve voltada para buscar sua afirmação como um grande ator na esfera global, todas as suas características são compatíveis com a de uma nação poderosa, apesar das dificuldades impostas por alguns “rivais”.

Foi possível, também, analisar os instrumentos de política externa e perceber como a atividade de inteligência, foi preponderante para influenciar e definir determinados episódios ao longo da história da humanidade, sendo imprescindível sua utilização complementando a diplomacia e a força militar.

Os Estados Unidos na história mais recente, demonstraram ter compreendido a importância desse instrumento e montaram toda uma estrutura de produção de conhecimento por meio de várias agências especializadas, vindo a se destacar mais recentemente pelo escândalo protagonizado pelo analista Edward Snowden.

As revelações demonstraram o quão pesado e sujo é o jogo da espionagem mundial pela busca de informações que possam demonstrar uma possibilidade de desequilíbrio na balança de poder em qualquer parte do globo. Estando o Brasil sendo vigiado desde pelo menos os últimos 15 anos, é notória a preocupação existente com o valor que o país possa adquirir nas relações de poder

Independente da transparência sobre os objetivos da política externa brasileira, sempre pairará uma desconfiança por parte das nações que se sentem rivalizadas ou têm seus interesses ameaçados dentro da sua perspectiva, isso demonstra a inequívoca importância de um completo investimento na área de proteção ao conhecimento, ou contrainteligência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AID, Matthew M. The time of troubles: the US National Security Agency in the twenty-first century. **Intelligence and National Security**, v. 15, n. 3, p.1-32, 2000.

ARRAES, Virgílio. O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 1. p. 7-41.

BITTENCOURT, Armando de Senna. O emprego do poder militar como estratégia de Rio Branco. In: PEREIRA, Manuel Gomes (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 57-75.

BRASIL. Decreto nº 4.376 de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm>. Acesso em 13 mar.2015.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. 526 p. (O Brasil e o Mundo).

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 1. p. 7-34.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá**. 2008. 797 f. Tese (Doutorado) – Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, jun. 2008.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 3. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2013. (Inteligência, Segurança e Direito).

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**. Fundamentos teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GROTIUS, Hugo. **O Direito da guerra e da paz**, v. 1. Ijuí: Unijuí, 2004

GUIMARÃES, Cesar. Integração Hemisférica ou Integração Autônoma. In: LIMA, Maria Regina Soares (org). **Desempenho de governos progressistas do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Edições Iuperj, 2008.

HIRST, Mônica. Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 4. p. 91-127.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Mariana Fonseca. **Percepções sobre a interação entre defesa, diplomacia e inteligência no Brasil**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, jul. 2012.

LOWENTHAL, Mark. M. **Intelligence: from secrets to policy**. 6. ed. Washington, DC: CQ Press, 2014 [2000].

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p.

MONTEIRO, Leonardo Valente. “Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul”, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 177-196, 2014.

NETO, Hélio Maciel de Paiva. A atividade de Inteligência e o direito internacional. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, v. 1, n. 1, p. 33-43, dez. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco: ONU, 1945.

RICHELSON, Jeffrey T. **The US intelligence community**. Cambridge: Ballinger Publishing Company, 1999.

RICUPERO, Rubens. Acre: o momento decisivo de Rio Branco. In: PEREIRA, Manuel Gomes (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 119-161.

SENADO FEDERAL (Brasil). Senado Federal. **Relatório Final da CPI da Espionagem**. Brasília, DF, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=148016&tp=1>>. Acesso em 15 set. 2014.

RUSSELL, Bertrand. **Power: A New Social Analysis**, London: George Allen & Unwin, 1938.

SHULSKY, Abram; SCHMITT, Gary J. **Silent Warfare: understanding the world of intelligence**. 3. ed. Dulles, VA: Brassey's, 2002[1991].

SILVA, Dauberson Monteiro da Silva. Demarcação de fronteiras. In: PEREIRA, Manuel Gomes (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 191-211.

SILVA, Saint-Clair Lima da. **Brazil country of the future: a realist perspective on Brazil's rise in the international arena**. 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, mar. 2015.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2. ed. London: Pinter Publishers, 1994 [1988].

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Tradução de Luiz Figueiredo. [S.l.:s.n.], 2002. Disponível em:
<http://www.jfpb.jus.br/arquivos/biblioteca/e-books/A_arte_da_guerra.pdf>. Acesso em 13 mar.2015.

THE WORLD FACTBOOK. 2013-14. Washington, DC: Central Intelligence Agency, 2013. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em 22 mar. 2015.

TURNER, Stansfield. **Queime antes de ler**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

U.S. GOVERNMENT. Central Intelligence Agency. **History of the CIA**. Washington, DC. Last Updated Feb. 2014. Disponível em:
<<https://www.cia.gov/about-cia/history-of-the-cia>>. Acesso em: 13 mar.2015.

U.S. GOVERNMENT. Central Intelligence Agency. **Profiles in leadership: Directors of the Central Intelligence Agency & its predecessors**. Washington, DC. Sept. 2013. Disponível em <[https://www.cia.gov/library/publications/additional-publications/profiles-in-leadership/Profiles in Leadership.pdf](https://www.cia.gov/library/publications/additional-publications/profiles-in-leadership/Profiles_in_Leadership.pdf)>.

U.S. GOVERNMENT. White House. **Presidential Policy Directive/PPD-28: Signals Intelligence Activities**. Washington, DC. Jan. 2014. Disponível em:
<<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/01/17/presidential-policy-directive-signals-intelligence-activities>>. Acesso em: 10 set.2014.

VAZ, Alcides Costa. O Brasil e o sistema interamericano: dos anos 1990 até o presente. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 2. p. 43-73.

WOLF, Marcus; McELVOY, Anne. **O homem sem rosto**. Rio de Janeiro: Record, 1997.